



Política e tecnicidade dos mapas: sobre o mapeamento participativo em três terras indígenas da Bacia do Rio São Francisco

Diego Viana¹
Maurice Seiji Tomioka Nilsson²

Resumo: A Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) proporcionou experiências de mapeamento que revelam o alcance político dos mapas como elementos técnicos. Este trabalho se debruça sobre três experiências de mapeamento de TIs no NE: povos Xocó, Pankararu e Xacriabá. Mediante o conceito de *tecnicidade* de G. Simondon, o trabalho examina como as experiências mobilizam sentidos e afetos desses povos, apropriando-se do mapeamento e atribuindo-lhe teor político, mostrando como mapas são elementos técnicos que expõem com símbolos as significações do território, conjugando inscrição e tecnicidade. As experiências estudadas revelam como essa conjugação faz do mapa um instrumento de atuação política, realçada pela inserção em conflitos subjacentes. Dois regimes de inscrição e significação são contrapostos no mapa: os pontos-chave dos povos indígenas e os potenciais de exploração do capital. Cada um deixa marcas no registro do território. Mapas desenhados à mão precedem as imagens orbitais por apresentarem o território sob a inscrição dos usuários originários, e são postos em simetria com as imagens. Diferentes linhagens técnicas convergem nesses processos, obtendo resultados de teor político e auxiliando os indígenas na luta pela terra: o mapa é ferramenta de transformação/planejamento e também de sedimentação e estabilização.

Palavras-chave: mapa; território; tecnicidade; inscrição; imagem.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho examina três casos de mapeamento realizados no contexto da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (Dec. 7747/2012), para examinar o modo como se relacionam a tecnicidade dos mapas e seu potencial como instrumento político e reivindicatório. Criada no contexto de muito debate e práticas sobre o *cuidar da terra*, uma preocupação constante após a demarcação das terras indígenas, a PNGATI foi levada a efeito no âmbito de experiências escolares entre indígenas, que se desdobraram na demanda concreta de se apropriar da linguagem dos mapas para uma compreensão e uma reflexão sobre suas terras. Essa experiência teve como ponto de partida as terras amazônicas,

¹ Doutor em Humanidades pelo programa Diversitas/FFLCH-USP.

² Doutor em Humanidades pelo programa Diversitas/FFLCH-USP.

com ações simultâneas entre vários povos indígenas, dentre os quais destacamos o Acre, o Xingu, os Yanomami, os Timbira, em trabalhos que transcenderam o âmbito da educação escolar³. Encontros para discutir a PNGATI foram realizados ao longo da primeira década do novo milênio, culminando com sua transformação em política pública em 2012⁴.

Apresentamos inicialmente o histórico dos povos indígenas da região Nordeste e do norte de Minas Gerais, com destaque para a alienação de suas terras e o aniquilamento de seus modos de viver, que ensejaram as lutas para recuperar e demarcar os territórios. Em seguida, apresentamos o trabalho de mapeamento realizado no âmbito da PNGATI e os casos dos três povos estudados. O trabalho de mapeamento será relatado segundo os métodos propostos. A seguir, serão avaliados seus resultados para os povos em questão. Como modo de avaliação, partiremos de quatro eixos considerados importantes, encadeados entre si: desafios ambientais, de proteção territorial, ameaças externas e demandas territoriais. A relevância das terras indígenas na conservação da caatinga é discutida em Andrade e Dantas (2020). A sociodiversidade contribui com o conhecimento da biodiversidade, pois as espécies animais e vegetais são significativas para esses grupos sociais. Mas o tema transcende a conservação ambiental e não se limita ao econômico-utilitário; pode revelar concepções novas sobre o problema. A ideia de gestão é uma aproximação do conceito de cuidar: enquanto a gestão é atribuição de Estado, poder centralizado, administração, geralmente exercida por notáveis, a ideia de cuidado dissemina-se pelo corpo social. Os desafios ambientais podem se dar nos cuidados com a terra, perante dificuldades e limitações das relações sociotécnicas dos habitantes com a terra, ou por ameaças externas. Outra discussão pertinente está na relação terra/território, que pode ser medida através das respostas dos participantes à questão das demandas territoriais dos povos em questão. O terceiro item apresenta e discute o conceito de tecnicidade, conforme desenvolvido pelo filósofo francês Gilbert Simondon e sua aplicação ao tema da constituição e inscrição de territórios, incluindo o modo como se relaciona ao conceito de mapa. Por fim, apresentamos uma discussão sobre o teor político dessa tecnicidade, para o caso dos trabalhos de mapeamento anteriormente apresentados.

1.1. Histórico

Os Povos Indígenas do Nordeste (incluindo aqueles do leste do país) apresentam o histórico de resistência mais duradouro do país, por terem sofrido o primeiro impacto da

³ <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/documentos/> visitado em 6/11/2021

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm visitado em 6/11/2021

colonização. Estudos históricos indicam a ampla presença indígena desde as primeiras fontes, com a enumeração de diferentes povos, cada um com vários agrupamentos; Dantas et al. (1992) reportam, no início do Séc. XVIII, 51 denominações, entre grupos e subgrupos, apenas na região do semi-árido. Listam, a seguir, 89 missões em aldeamentos, com objetivo de sedentarizar os povos do Nordeste; informam terem ultrapassado a centena no Séc. XIX. Além dos aldeamentos, as “guerras justas”, contra aqueles que defendiam seus territórios com armas, foram outro fator de aniquilamento. O histórico de disputas territoriais, de apagamentos de sua presença, de atos administrativos que objetivavam anular e não reconhecer suas especificidades e a consequente retirada de direitos, especialmente o direito à terra, foi documentado em trabalhos de pesquisa. Inicialmente, a sociologia brasileira centrou-se em estudos de aculturação, contribuindo para uma visão pouco precisa, baseada em aparências, e questionada por trabalhos mais recentes (Silva 2015).

O formato das terras indígenas atualmente existentes deve-se a um alvará tornado lei em 1703, em que “El Rey determina que a cada missão se dê uma légua de terra em quadra para sustentação dos índios e missionários” (Dantas et al. 1992: 444). As TIs reconhecidas no NE e norte de MG se traduzem em 71 terras reconhecidas, com 36 povos representados. Em estudo, há mais 22 terras reivindicadas⁵. Esses números sugerem a capacidade de resiliência dos atuais povos indígenas do NE, em que se destaca o papel da APOINME⁶, na mobilização pelo reconhecimento das terras. A mobilização indígena atual contrasta com as previsões de sua extinção, expondo novos parâmetros de seus históricos de resistência, ganhando legitimação com o conceito de auto-reconhecimento, conforme aceito pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁷. Em 2012, a par das experiências pioneiras na Amazônia e através da APOINME, esses povos reivindicaram a aplicação da PNGATI também no Nordeste. Julgaram que as práticas constitutivas do processo de “pensar seu território através dos mapas” poderiam ser-lhes úteis, já que os territórios reconhecidos apresentavam especificidades e mereciam tal atenção. Em atendimento a essa demanda, um grupo de profissionais agrupados pela ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista) desenvolveu diversas experiências. Relatamos a seguir os casos de três povos, dos quais dois possuem o formato de suas terras relacionado à lei de 1703 (Xokó e Pankararu). A terceira terra (Xacriabá) também tem sua

⁵ Cálculos realizados por um dos autores, com base em dados da Funai.

⁶ Sobre a APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo), cf. <https://www.apoinme.org/sobre>. Visitado em 03/11/2021.

⁷ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@normes/documents/publication/wcms_100907.pdf Ratificada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo 143 (20/06/2002)

legitimação reforçada pela existência de uma missão religiosa, que torna impossível negar a história dos índios reunidos no aldeamento. Por decisão da Apoinme, as terras escolhidas para este trabalho foram contempladas com um projeto pedagógico de mapeamento, com vistas ao processo de gestão ambiental de terras indígenas. Em outras terras, também já se desenvolve esse processo de discussão da gestão ambiental e territorial; é o caso dos Potiguara da Baía da Traição (PB) e os Pataxó de Barra Velha do Monte Pascoal (BA), ambos no litoral⁸. As três terras escolhidas têm em comum se localizarem na Bacia do Rio São Francisco e possuem como bioma dominante a caatinga, o semiárido nordestino, que se estende até o norte de MG.

2. RELATO DO TRABALHO

Um mapa pode tanto empoderar os habitantes da terra quanto fortalecer um poder externo, colonial, que vise controlar um território. Veremos também como o mapa incorpora territorialidades sobrepostas: dos níveis de poderes centralizados aos habitantes propriamente ditos e atores sociais e seus interesses (Little 1997). Essa é uma questão ressaltada no início de cada trabalho de mapeamento: mapeia-se aquilo que se deseja mapear, evitando o que pode ser utilizado contra nós; conhecimentos mapeados funcionam como o conhecimento do patrimônio genético, em que sua disponibilização só pode ser realizada com consentimento livre e esclarecido.

O processo de mapeamento é a etapa sobre a qual se debruça este artigo. Primeiro, recolhem-se os depoimentos, falas livres dos indígenas sobre os problemas enfrentados no processo de relação com a terra⁹, geralmente qualificados, quando se localizam os mais sábios, os anciãos. Em seguida, o primeiro exercício cartográfico consiste no mapa mental, para depois serem apresentados materiais cartográficos mais sofisticados (limites da terra, temas preexistentes, imagens orbitais); soma-se a esses elementos o trabalho de campo, onde se escolhem e se visitam áreas significativas.

Mapas mentais constituem uma metodologia pela qual se desenham mapas com base na memória de indivíduos e grupos, dada a pouca disponibilidade de referências geográficas do território conhecido. No âmbito da PNGATI, tal método é denominado “etnomapeamento”.

⁸ Cf. http://cggamgati.funai.gov.br/files/2314/8829/1287/Etnomapeamento_dos_Potiguara_da_Paraiba.pdf e http://cggamgati.funai.gov.br/files/2914/8829/4572/PGTA_Pataxo.pdf, ambos visitados em 7/11/2021.

⁹ Relatos e transcrições dessas conversas se encontram em Almeida et al. (2015a e 2015b).

Neste trabalho, damos preferência ao primeiro conceito, de maior potencial de universalização; ademais, a caracterização “etno”, embora vise legitimar a produção do mapa, reduz o reconhecimento desse mapa a seu caráter relativo. Ora, um desenho que expresse um conhecimento territorial e assim o comunique é, antes de tudo, um mapa, não obstante a delimitação do conceito de mapa que possa decorrer das tendências à precisão e à adesão a convenções cartográficas. Os mapas mentais indicam os pontos significativos que devem aparecer no mapa final. Embora se recorra a uma tecnologia sofisticada no processo de mapeamento final, o mapa mental apresenta o conteúdo fundamental do trabalho de mapeamento, que consiste em expor o que há de significativo para os habitantes da porção de terra a ser mapeada.

O efetivo conhecimento do território, que se busca por meio da verificação *in loco* dos lugares apontados pelos participantes do trabalho, é o fundamento da boa transposição de linguagens para o mapa. A coleta das posições em forma de coordenadas, realizada pelos aparelhos de GPS, garante o ajuste das localizações. Mas a importância maior do trabalho de campo está na apreensão processual de como se dá a práxis territorial, isto é, o modo como o território com seus pontos-chave é vivido, o que se manifesta nos acessos e nas caminhadas, envolvendo o modo de executar as trilhas, as percepções e os outros elementos que envolvem os pontos significativos.

A representação dos elementos encontrados nessa sequência de etapas é feita de forma a revelar com a maior clareza possível as histórias narradas a seu respeito pelos povos envolvidos. Não apenas os pontos, mas fluxos podem ser representados, indicando trajetórias, dentre outras informações. Também a qualificação do entorno permite compreender melhor a vegetação, interpretada a partir das imagens orbitais, pois permite compreender o histórico de cada parcela de terra; por exemplo, se já foi desmatada no passado e qual o porte de vegetação encontrado.

O modo como são produzidas as imagens orbitais é explicado à população: a passagem do satélite se dá sempre pela manhã, de forma que as sombras estão a oeste, podendo compreender o relevo; a composição em falsa cor permite que observemos o infravermelho, onde há uma reflexão solar em folhagens na faixa próxima do visível e há absorção da energia solar pelas folhagens na faixa intermediária do infravermelho. Produz-se assim o contraste em que é possível distinguir a vegetação de solo exposto.

O mapeamento segue uma proposta multiescalar, em que a terra é representada em três níveis de abordagem: sítio, situação e destaques. Sítio é a escala de abordagem em que a terra é representada por inteiro, segundo seus diversos temas (vegetação, alteração da vegetação, histórico, pontos significativos etc.). Situação é o contexto regional no qual a terra está inserida. Apresentamos a terra e seu entorno, podendo compreender melhor as relações travadas com os agentes do entorno. Por fim, os destaques são pontos de interesse maior dentro da terra, que merecem uma visão em escala próxima, com mais detalhes, nem sempre perceptível na escala de abordagem da terra inteira.

A apresentação visual do que conseguimos saber sobre a terra indígena pode revestir um caráter de violência epistemológica. A explicitação dos saberes no mapa implica um poder, ou possibilidade de poder, que deve ser posto às claras; deve-se informar aos interlocutores que as tecnologias estão disponíveis e podem representar um diferencial no controle do que se passa no território. Daí decorre o potencial político dos mapas, como ferramenta na disputa pela retomada das terras. O mapeamento também deixa entrever suas próprias limitações. Por exemplo, numa imagem orbital de alta resolução, podemos ver casas, mas dificilmente vemos as plantas úteis, sejam umbuzeiros, ou concentrações de croás (*Neoglaziovia variegata*). Por isso, o mapeamento das terras indígenas comporta a preocupação constante com a busca de simetria entre saberes da terra e geotecnologias¹⁰. Essas últimas são apenas um instrumento de transcrição do processo de comunicação cartográfica do que foi proposto apresentar nas etapas anteriores. Mas a equipe que realiza o mapeamento deve ter em mente o poder intimidatório da tecnologia, por sua suposta sofisticação; espera-se que haja apropriação de seu uso pelos participantes, para que o diálogo seja mais simétrico.

2.1. Os povos e terras indígenas nesse trabalho:

Xokó: Os Xokó têm seu histórico registrado a partir dos séculos iniciais da colonização até o Séc. XVIII, como diversos agrupamentos que ocupavam e se moviam pelo sertão central de Pernambuco, de aridez marcante. Não era apenas um grupo, mas um povo inteiro, formado

¹⁰ Segundo Rosa (2005), "As geotecnologias são o conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informação com referência geográfica".

de diversos agrupamentos, tal como se encontram algumas das secções de Xokó na direção do Ceará e Paraíba, conforme o trecho abaixo:

Nessa condição encontravam-se grupos identificados sob etnônimos diversos (Pipipã, Umã, Xokó, Vouê) que vagavam pelos sertões, sendo aldeados no início do século em Pernambuco (FRESCAROLO, 1883 [1802]). Ainda na década de 1850, levas de índios que tinham abandonado as aldeias transitavam entre as fronteiras da Paraíba e do Piauí, vivendo de caça e coleta, mudando constantemente seus acampamentos, sendo quase dizimados pelos fazendeiros cujos rebanhos atacavam (Moreira Neto 1971: 299).

Os Xokó remanescentes são encontrados na comunidade da Ilha de São Pedro, onde funcionou uma missão religiosa. Aí foram aldeados, convivendo com a população regional. Após a Lei de Terras de 1850, foi-lhes negado o direito de continuar a serem índios. Suas terras foram arrecadadas pelo Estado de Sergipe e vendidas a criadores de gado, beneficiando principalmente a família Brito (por aforamento). Ali estão as caieiras, os campos de cultivo, as criações. Os Brito passaram a cercar terrenos na Ilha de São Pedro, impedindo os Xokó de plantar ali (Dantas & Dallari 1979). Tal barbárie reacendeu a luta dos Xokó pela terra: a situação de pleno cativo tornou-se insustentável. Em 1978 ocorre a retomada da Ilha de São Pedro e, em 1982, inicia-se a luta pela Fazenda Caiçara. O processo se completa com a retomada das fazendas e a conformação atual do território, homologado apenas em 1991, com 4.316 hectares.

Nos depoimentos, os Xokó enfatizam o orgulho nessa luta. O livro resultante da iniciativa de mapeamento de suas terras (Almeida et al. 2015b) inclui um mapa específico da Fazenda Maria Pretas, cuja retomada concluiu o ciclo de desintrusão territorial, em 2003. No plano interno, a seca foi o grande problema identificado, também havendo problemas com o lixo e a degradação da terra nos tempos de fazenda. No plano externo, há lixões e plantações transgênicas no entorno da TI Caiçara. A construção das hidrelétricas do Rio S. Francisco modificou a vazão do rio, prejudicando sistemas de irrigação e drenagem que existiam nas lagoas marginais.

Pankararu: O local central do povo indígena Pankararu está nas proximidades da Cachoeira Itaparica, transformada em barramento do Rio S. Francisco. Ali estão as histórias associadas aos encantados, os seres mágicos que os defendem. A relação com os encantados se dá através dos praiá, pessoas iniciadas que se vestem com roupas feitas da palha do croá, uma bromeliácea não cultivável que só cresce espontaneamente no interior da caatinga. Os praiá intermediam as relações entre humanos do povo Pankararu e os Encantados (Athias 2016). O

croá ou caroá é peça fundamental nesse processo e o trabalho de mapeamento dedicou-se a essa espécie em termos de compreender sua ecologia, sendo uma espécie não cultivável, de reprodução desconhecida¹¹.

A distribuição e a mobilidade pankararu é assunto pouco conhecido. Não há relatos muito minuciosos sobre deslocamentos deles e, estando hoje fixados na região entre Jatobá e Tacaratu, temos que há uma distribuição de povos irmãos (Pankarara, Pankara e Pankararé) bem como as pontas de rama que descendem dos Pankararu sem mais manterem o etnônimo. São os Kalankó, Koyupanká, Jeripancó, Karuazu, dentre outros e que estão mapeados no contexto regional (Almeida et al. 2015a: 9/mapa 3). Curiosamente, os Pankararu estão agora sem acesso ao Rio São Francisco, e a cachoeira de Itaparica não está em seu território.

Xacriabá: Os Xacriabá são oriundos da antiga missão ali existente, São João. São, na verdade, um aglomerado de diversos povos, dentre os quais é possível haver grupos Jê, Akwe, que hoje lhes denominam. Por muito tempo, não sofreram grandes pressões. Apenas recebiam os fugidos da seca mais ao norte, sendo que uma aldeia recebe a denominação de “Brejo do Mata Fome”. Os Xakriabá encontram-se na borda do bioma Caatinga, na transição com os cerrados existentes nos Gerais, formações de tabuleiros cobertos com campos, em cujos vales prevalece a caatinga, denominada “mata seca”.

Suas terras foram demarcadas em 1979, após uma disputa com pretensos grileiros, que enfrentaram a resistência do povo. O Cacique Rodrigo vai então a Brasília e consegue dar início ao processo de reconhecimento territorial. Nesse momento, ficam de fora terras de Rancharia (demarcada posteriormente) e outras (em processo de demarcação).

Os Xacriabá vêm produzindo um criativo processo de reinvenção cultural, com base na sua organização política, repensando diversos aspectos da vida social e ocupação da terra, que não possui caráter de propriedade, e cuja ocupação se dá por modos coletivos que ressaltam a união, o mutirão como práticas de produção.

A tabela abaixo resume os resultados, em termos de principais questões, ambientais, de uso sustentável, de ameaças externas e de demandas territoriais; o aspecto surpreendente está no contentamento dos Xokó com sua terra, expressando talvez o orgulho dos resultados com sua luta.

¹¹ Seu mapeamento, porém, não aparecerá na publicação porque se trata de um saber de alguns extratores, que conhecem sua distribuição e não querem seus segredos revelados.

	Xokó	Pankararu	Xacriabá
área (hectares)	4319	15935	96770
n aldeias	1	26	47
pop	375	8100	9210
ambiental	vegetação em regeneração nos morros ainda jovem; crise hídrica, R. S. Francisco não enche mais as lagoas marginais	desordenação no uso da água em Brejo dos Padres, seca prolongada,	incêndios, escassez de água; muita criatividade e conhecimento no uso das fontes (ver livro das águas)
econômico/sustentabilidade/usos	roças, gado	croá, uso ritual escasso. Diminuição da caça; aves de arribação e proibição de uso	agricultura, sistema de irrigação tradicional
Ameaças	barramento do São Francisco, lixões e plantações transgênicas no entorno	posseiros dentro da TI Pankararu nas proximidades de Jatobá, estradas cortam a terra, energia eólica	pivôs de irrigação (água)
demandas territoriais	não; a luta pela terra resultou na recuperação territorial – os índios se declaram satisfeitos com a terra.	sim; acesso ao Rio São Francisco, à Cachoeira Itaparica; territórios perdidos.	sim; revisão de limites (ilha do Capão/acesso ao Rio São Francisco, Dizimeiro, retomada em sobreposição ao parque.

Tabela 1

3. TECNICIDADE E INSCRIÇÃO

Quando enveredamos pelo tema da elaboração dos modos e condições de vida, somos conduzidos à questão da inscrição de sentidos, que são sentidos não apenas para a interpretação, mas também para a ação: são balizas, diretrizes. Como veremos, esta perspectiva processual e gestual conduz à distinção entre o espaço puramente físico da terra e um espaço vivido, habitado, que se pode dizer *território*. Assim, a contrapelo do adágio de Korzybski (1995), ainda que o mapa não seja o território, o território é antes de mais nada o mapa. As inscrições, a elaboração da rede de ponto-chave dotados de significação, que provê uma configuração topológica concreta, determinando a terra como território, espaço vivido, dotado de diferenciações afetivo-emotivas em que ocorre a reprodução dos modos de vida. Este processo de inscrição precede a elaboração de qualquer objeto que valha como mapa. Isto, porém, não impede que se empregue o termo "mapa" para denominar um regime de discurso sobre o espaço ocupado que orienta a ação dos habitantes. Compreender o mapeamento como pertinente a uma etapa anterior à atividade técnica enriquece o campo de relações sociotécnicas e sociopolíticas

onde se insere o mapeamento. É por corresponder a uma atividade anterior à tecnicidade estritamente entendida que o mapa incorpora elementos díspares, dando forma a cargas afetivo-emotivas em modalidades econômica, política, sagrada etc.

A elaboração técnica de mapas se desenvolve junto com as tecnologias de comunicação, informação, registro e transporte, como presença indispensável à ocupação de territórios e ao desvelar da vida socioeconômica. O mapa toma corpo tecnicamente, de modo que cada instância tecnicamente determinada de um mapa é a atualização do mapeamento enquanto atividade de inscrição. Recorremos à tipologia das técnicas e modos de estar no mundo elaborada pelo filósofo Gilbert Simondon para buscar a compreensão do papel múltiplo exercido pelo mapeamento, visando colaborar para o esclarecimento de conflitos mediados por mapas, de ordem política tanto quanto econômica, e além: na inscrição do território estão em jogo a memória, a tomada de forma dos modos de relação de grupos humanos com seu mundo, a afirmação de significados dotados de carga afetivo-emotiva. É preciso compreender o mapa não como objeto técnico, nem como imagem, mas como instância objetivada em que se articulam diversos registros, da tecnicidade (instrumentos de medição topográfica, satélites, impressoras, algoritmos etc.) à sacralidade (determinação de pontos privilegiados, atribuição de significação a espaços discretizados, referência a episódios míticos ou históricos).

A questão central é a da inscrição da espacialidade, que emerge em duas obras de Simondon (2008, 2020 [1958]): o curso *Imaginação e Invenção* (oferecido em 1965-1966, publicado em 2008) e o livro *Do Modo de Existência dos Objetos Técnicos* (Simondon 2020 [1958]). Embora o vínculo entre esses dois textos não seja apontado pelo próprio autor, tratá-los associadamente é central para compreender o modo como Simondon trata o espaço, em relação com a tecnicidade e a sacralidade, bem como seu embasamento afetivo-emotivo¹². A problemática afetivo-emotiva¹³ da imagem pode ser resumidamente apresentada do seguinte modo: Simondon vincula a afeto-emotividade e a consciência às exigências da ação dos corpos – ou, em sua linguagem, ao eixo perceptivo-ativo. Ou seja, os corpos sentem e pensam para poder reagir ao meio e agir sobre ele. A geração de imagens mentais é, neste sentido, decorrente

¹² Sobre o lugar do curso a respeito da imaginação na arquitetura da obra de Simondon, cf. Alloa (2015)

¹³ Sobre a relação entre afeto-emotividade, desejo e política em Simondon, cf. VIANA (2019). Para uma discussão do ciclo genético da imagem como experiência, cf. Peres (2020). Sobre o potencial do conceito simondoniano de inscrição para pensar gestos políticos, cf. Viana de Oliveira (2018).

do estabelecimento de gestos com os quais o indivíduo interage com o meio; o gesto se abstrai como imagem e, posteriormente, a imagem se concretiza como gesto.

Nesse meio-tempo, produz-se o "ciclo genético da imagem", em que diferentes níveis de atividade imaginativa atuam: desde a constituição de esquemas simples para a reação à presença de predadores, parceiros sexuais, alimento etc., até a elaboração simbólica de imagens complexas e objetos dotados de um grau de individualidade, "subconjunto relativamente independente no interior do ser vivo sujeito" (Simondon 2008: 9). Estas últimas, as "imagens-símbolo", têm duas características de interesse para este artigo: 1) podem ser concretizadas em objetos (técnico, sagrado, estético); 2) podem relacionar-se entre si, constituindo redes de imagens que configuram o mundo da ação subjetiva, como imagens (instituições, categorias de grupo, ideogramas e alfabetos etc.) e como objetos (aparatos técnicos, ídolos cultuados, obras de arte e atavios etc.). Ao colocarmos a questão do mapa a partir da rede de imagens-símbolo com que é possível inscrever espaços vividos e articular artefatos e instituições, buscamos na tecnicidade dessa elaboração cartográfica o arcabouço afetivo-emotivo para seu papel político, social e histórico, que se manifestam nos projetos de etnomapeamento estudados.

Simondon dedica a terceira parte da obra sobre a técnica à gênese e ao devir dos modos de relação entre o humano (sempre coletivo) e seu meio vivido (mundo). A partir de uma "interpretação genética generalizada das relações do homem ao mundo" (Simondon 2020: 234), Simondon descreve a relação entre o pensamento técnico e outros modos de pensar, sobretudo o religioso, o estético e o ético, com suas derivações, entre elas os sistemas políticos. Esses modos são desdobramentos de uma atividade primitiva (no sentido de fundante), que consiste sobretudo em marcar o território, isto é, inscrevê-lo de sentido, produzi-lo a partir dos processos e gestuais da relação viva com a terra. Esse modo de pensamento é denominado "unidade mágica", "tomando essa palavra no sentido mais lato" (Simondon 2020: 236), na medida em que implica a continuidade entre os corpos (reunidos em coletividade) e seu meio, sem a atribuição de uma subjetividade divina ou o desenvolvimento de relações com objetos da técnica. O modo original é "pré-técnico e pré-religioso" e "rico em organização implícita" (Simondon 2020: 236), de tal maneira que os modos dele derivados surgem de um desdobramento interno, uma diferenciação ou, na terminologia de Simondon, uma defasagem da unidade fundante da inscrição territorial. Por isso,

a tecnicidade não deve ser considerada uma realidade isolada, e sim parte de um sistema. É realidade parcial e realidade transitória, resultado e princípio de gênese. Resultado de uma evolução, é depositária de um poder evolutivo

precisamente porque, como solução de um primeiro problema, tem o poder de ser uma mediação entre o homem e o mundo (Simondon 2020: 237).

Trata-se de modos de orientação da atividade, reagindo ao meio e agindo sobre ele, meio tornado mais complexo pela presença de objetos como ferramentas, instrumentos e máquinas. Essa configuração dos objetos não prescinde da presença de um fundo de significações reticuladas, em que o sentido da atividade presente é vinculado a um devir que transcende a duração da vida humana. Este é um fundo de sentido para a figuralidade, em que o espaço em que se dão as atividades objetivas, quotidianas, possui seu próprio sistema de significados. Assim, dois sistemas de significado se relacionam. Simondon (2020) identifica nesse fundo subjetivo os modos religiosos de pensamento; o termo "religioso" também se entende em sentido lato, abarcando tudo que diz respeito à "representação da exigência de totalidade" ou de "representação sistemática do real" (Simondon 2020: 261).

Assim, "a tecnicidade dos objetos ou do pensamento não pode ser considerada uma realidade completa ou um modo de pensar que possui uma verdade própria, independente" (Simondon 2020: 237). Modo técnico e modo religioso, figura e fundo, ação local e global, objeto e sujeito, são articulados por um eixo ancorado na afetivo-emotividade da qual emergiram, originalmente, as imagens. Simondon identifica aí uma articulação estética, que não é, ela mesma, um modo de pensamento, mas portadora de significados entre objeto e sujeito, figura e fundo. O mesmo engajamento afetivo-emotivo que se encontra na unidade da inscrição territorial é recuperado por essa articulação, de modo que as inclinações estéticas, ao implicar o envolvimento dos coletivos em suas práticas, reconstituem uma articulação sistemática que vale pela unidade original¹⁴. Não se trata de "unidade perdida", no sentido evolucionista pelo qual os demais modos seriam superações da fase mágica; são processos internos a ela, desenvolvimentos seus, diferenciações. Em suma, diz Simondon:

O sentido geral do devir seria o seguinte: as diferentes formas de pensar e de ser no mundo divergem quando acabam de aparecer, isto é, quando não estão saturadas. Convergem depois, quando estão supersaturadas, e tendem a se estruturar por novos desdobramentos. Graças à supersaturação das formas evolutivas do ser no mundo, as funções de convergência podem ser exercidas no nível espontâneo do pensamento estético e no nível refletido do pensamento filosófico (Simondon 2020: 238).

¹⁴ Mais adiante, ao tratar de ciência e ética, Simondon atribui papel semelhante ao pensamento reflexivo.

Todos os modos de pensar são modos de relação com o mundo, que se desdobram como variações da inscrição da configuração da vida coletiva. Ao tratar de sistemas técnicos como aeroportos, antenas de comunicação, pontes e viadutos, estradas e ferrovias, ou minas de carvão, Simondon os interroga em sua interação com o território, o meio inscrito, chegando a referir-se a um "meio tecno-geográfico" (2020: 104), em que o sistema técnico retorna sobre o território, já inscrito, com uma modalidade própria de marcação.

Para o propósito desta reflexão, o que vale ressaltar é a simetria entre os imperativos da ação que geram imagens-símbolo em rede, como portadoras de afeto-emotividade e significação, e o desdobramento dos modos de estar no mundo e concebê-lo. Tanto a inscrição quanto a produção de objetos técnicos, e também a elaboração dos sentidos transcendentais, se referem à mediação imagética e objetificada dos gestos de ação sobre o meio e reação aos estímulos do meio. Constituídas em sistema, elas reforçam umas às outras: "embora haja efetivamente sucessão na gênese, as etapas sucessivas das diferentes gêneses são simultâneas no seio da cultura, e existem relações e interações não apenas entre fases simultâneas, mas também etapas sucessivas" (Simondon 2020: 244). Quanto à unidade primitiva, "relação de vínculo vital entre homem e mundo", em que "o homem está ligado a um universo experimentado como meio":

Esse modo primitivo de estruturação é o que distingue figura e fundo, marcando pontos-chave no universo. Se este fosse desprovido de estrutura, a relação entre o ser vivo e o meio poderia efetuar-se num tempo contínuo e num espaço contínuo, sem momento nem lugar privilegiados. Mas, antes da segregação das unidades, institui-se uma reticulação do espaço e do tempo que evidencia lugares e momentos privilegiados, como se todo o poder de ação do homem e toda a capacidade do mundo de influenciá-lo se concentrassem nesses lugares e nesses momentos (Simondon 2020: 247-248).

Assim, pertencem à unidade mágica a atribuição de "pontos-chave" e "altos-lugares" na forma de rios sagrados, florestas densas, picos a conquistar (o ato de conquistar, como esforço excepcional, é uma inscrição) (Simondon 2020: 249); mas também praças urbanas, catedrais, muralhas, estradas, estações ferroviárias, rodoviárias ou aeroportos¹⁵; e ainda inscrições cronológicas (Simondon 2020: 251), como festas cívicas ou religiosas, períodos anuais ou

¹⁵ A este respeito, cf. Kittler (2017).

semanais de descanso, que muitas vezes envolvem viagens para lugares impregnados com particular importância, práticas como o alpinismo. A inscrição do território se vale de habilidades técnicas, como a construção de monumentos, estradas, lunetas; e permite dar corpo à subjetividade de fundo com referências da ordem do sagrado: seja um templo que aproveita um promontório, seja a atribuição de um dia a um santo, ou ainda o vínculo de um ponto do território a uma narrativa mítica ou histórica (sendo que, não raro, o mítico e o histórico são dificilmente distinguíveis).

3.1. Mapa e tecnicidade

No sentido amplo, pode-se dizer "mapa" a espacialidade inscrita, rede de imagens-símbolo que configura o território disponível para a vida. O objeto físico que constitui o mapa propriamente dito pode ser gerado pela imaginação do cartógrafo amador, pelos cálculos e referências do cartógrafo profissional que, ao longo de milênios, dependeu de relatos de viajantes, medições de distâncias com bússolas e astrolábios, ou sistemas de aferição topográfica, níveis ópticos, aerofotos, imagens por satélites, GPS etc. O caráter técnico do mapa é secundário em relação a seu caráter simbólico e à inscrição. Mas os modos da sacralidade e da tecnicidade também atuam sobre o mapa, que exerce o papel de substrato para manifestações de significados de fundo e atividades figurais; para práticas religiosas e políticas, bem como econômicas. O mapa informa a localização de uma jazida e o acesso a uma nascente, tanto quanto dispõe a distância entre duas cidades ou o caminho entre dois bairros de uma metrópole. A expressão verbal de um território ocupado trará como referências os espaços da agricultura e da pesca, mas também elementos como o cemitério dos ancestrais, o pico mais alto, a floresta mais densa; a toponímia reflete essas marcações de pontos-chave e lugares privilegiados, muitas vezes pela associação entre a importância reprodutiva e produtiva de um determinado lugar, ou ainda sua relevância militar ou logística, às denominações de natureza sagrada.

O mapa imagético, desenhado ou fotografado, realiza as mesmas funções, por meio de inscrições no sentido literal: marcações simbólicas, indicações de escala, sistemas de legenda. A mera fotografia do espaço geográfico não constitui o mapa, como revela o caso dos funcionários da CIA que, em 1979, descobriram fotografias de Auschwitz tiradas por bombardeiros em 1944, em que se vêem um trem de deportados e uma fila de vítimas à espera da execução – os serviços de inteligência aliados, durante a guerra, viram apenas aquilo que

procuravam: a fábrica da IG Farben, ao lado do campo de extermínio¹⁶. É preciso apontar que o gesto pelo qual o espaço é marcado, a inscrição do território, traz consigo as implicações de determinados modos de vida: a determinação de tal ou tal ponto como privilegiado é um gesto que determina um modo de relação: ao mesmo tempo em que determina aquele espaço como um território, determina os sentidos da vida que se pode levar naquele território, o gestual de reprodução dessa vida e de afirmação da significação transcendente, da sacralidade. Nesse sentido, o mapa faz o território.

4. DISCUSSÃO

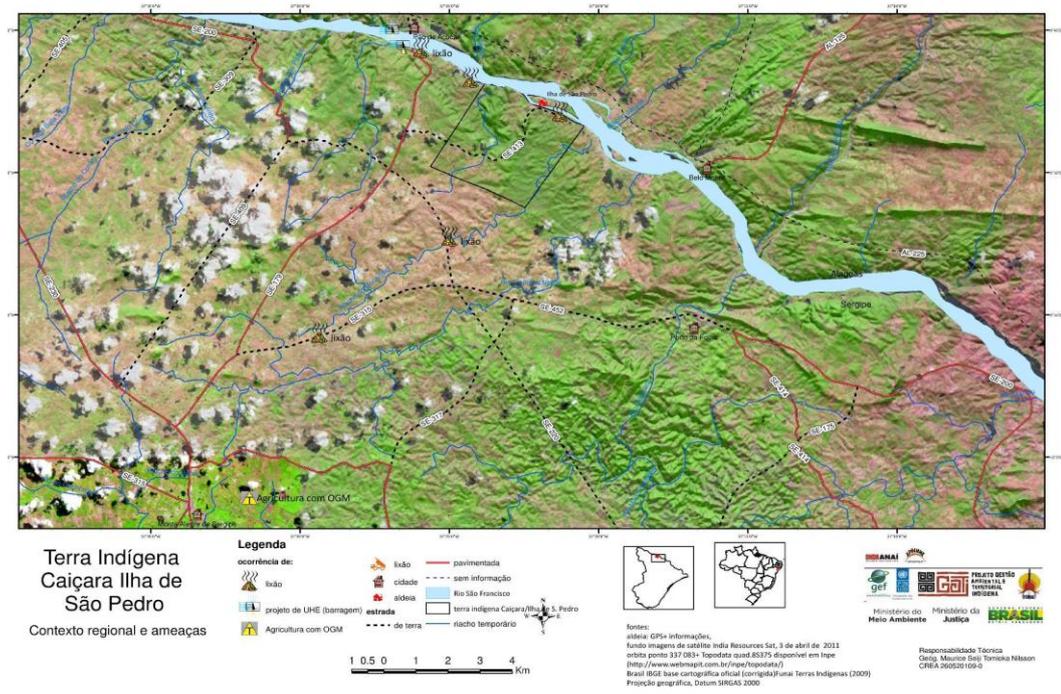


Figura 1 Contexto regional na TI Caiçara/Ilha de São Pedro, com ameaças ambientais, como depósitos de lixo, cultivos de organismos geneticamente modificados (milho) e a situação da vegetação do bioma Caatinga, na imagem de satélite (IRS, 3/04/2011). Há outros mapas dessa TI no livro “Etnomapeamento da TI Caiçara/Ilha de São Pedro”¹⁷.

¹⁶ O caso é reconstituído pelo cineasta alemão Harun Farocki no documentário *Bilderkrieg*, de 1987; cf <https://www.harunfarocki.de/films/1980s/1987/images-war.html>

¹⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/2017/etnomapeamento-ti-caicara-ilha-de-sao-pedro.pdf>

O mapeamento das terras indígenas estudado neste artigo é um caso relevante do modo de inscrição operado por meio do mapa. Há três linhagens técnicas postas em relação no processo: de um lado, as imagens de satélites ou aviões, que serão marcadas em última instância (Fig. 1). De outro, os mapas mentais (Fig. 2), que podem ser sobrepostos, como na Fig. 2, a mapas vetoriais, como o da Fig. 3. No primeiro caso, o objeto técnico (acompanhado do sistema que envolve transmissões por rádio, digitalização de imagem etc.) propicia somente a representação imagética da terra não inscrita, cabendo aos participantes do projeto realizar as inscrições. O modo desdobrado da tecnicidade fornece o substrato não inscrito ao modo da unidade, demonstrando o caráter não cronológico, mas simultâneo das fases. No segundo caso, a produção da imagem é simultânea à inscrição; a rigor, é a própria inscrição, gesto já informado pelas significações de fundo e de figura. O espaço, em geral, já é fixado na imagem como meio para os pontos-chave. A folha de papel onde se inscreve o mapa visual recebe uma tradução de um mapa discursivo prévio, herdado das gerações anteriores.

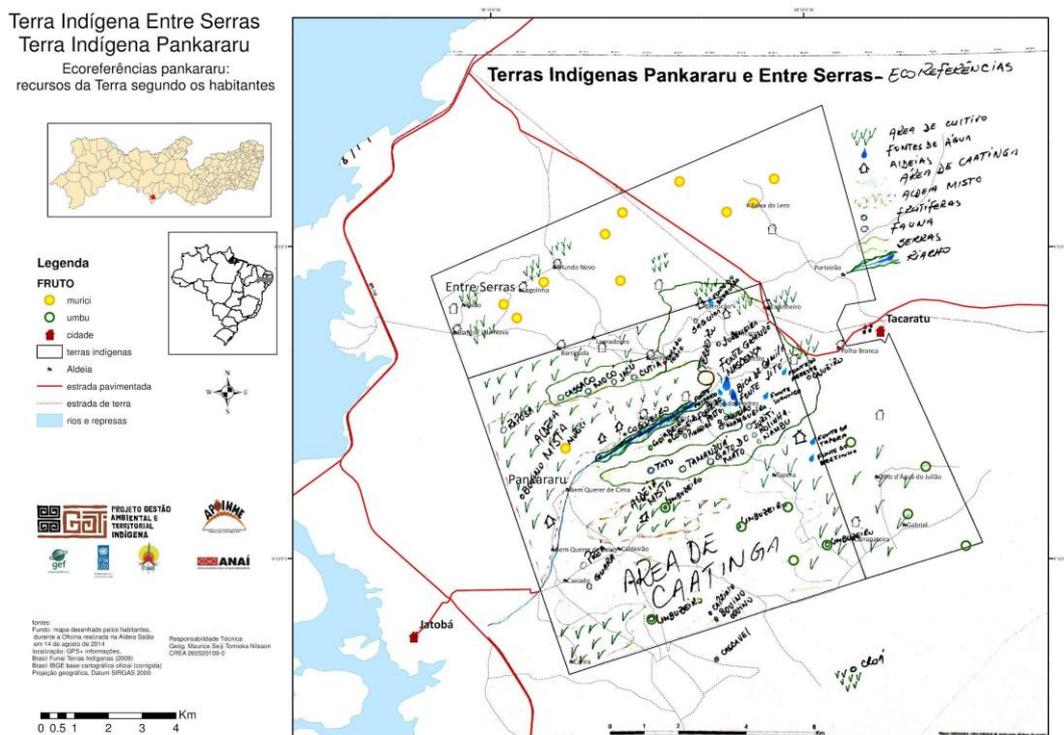


Figura 2 TIs Entre Serras e Pankararu, e eco-referências, espécies utilizadas na caatinga, usos da terra, segundo seus habitantes: veja mais mapas na obra Etnomapeamento da TI Entre Serras/ Pankararu.¹⁸

¹⁸ Disponível em: http://cggamgati.funai.gov.br/files/1714/8776/9858/Etnomapeamento_TI_Entre_Serras_de_Pankararu.pdf

As redes de sentido que orientam a atividade econômica e social quotidiana, bem como as referências à ancestralidade e à história das terras reivindicadas, são inscritas sobre a imagem fotográfica. A inscrição se vale de um sistema convencional, icônico, cujos símbolos se definem nas primeiras reuniões preparatórias do mapeamento. Ou seja, em instância de reunião social, da ordem do político e do ético. Nos mapas mentais, desenhados a partir da memória, do quotidiano e dos relatos dos mais velhos, os pontos-chave são inscritos diretamente na folha em branco, sem o substrato da imagem fotográfica. O espaço é então representado segundo sua topologia afetivo-emotiva: pontos-chave são realçados, distâncias são estendidas ou encolhidas segundo a importância ou a dificuldade do trajeto. O espaço é diretamente representado como território; não é, como na imagem mediada pelo objeto técnico (satélite, câmera, drone etc.), uma topologia sobreposta à mera topografia. Esta não é uma oposição frontal. É antes uma paralaxe, uma vez que faz ressoar os dois modos da inscrição. Ambas permitem convergir no espaço do enquadramento a rede de imagens-símbolos, carregados afetivo-emotivamente, que constituem o modo de vida daqueles povos, que ocupam aqueles territórios ou, tendo-os ocupado anteriormente, o reivindicam hoje. Na moldura do enquadramento, convergem as memórias narradas das tradições para além das gerações vivas, bem como as possibilidades da atividade produtiva e reprodutiva que, na linguagem corrente, denominamos *econômica*.

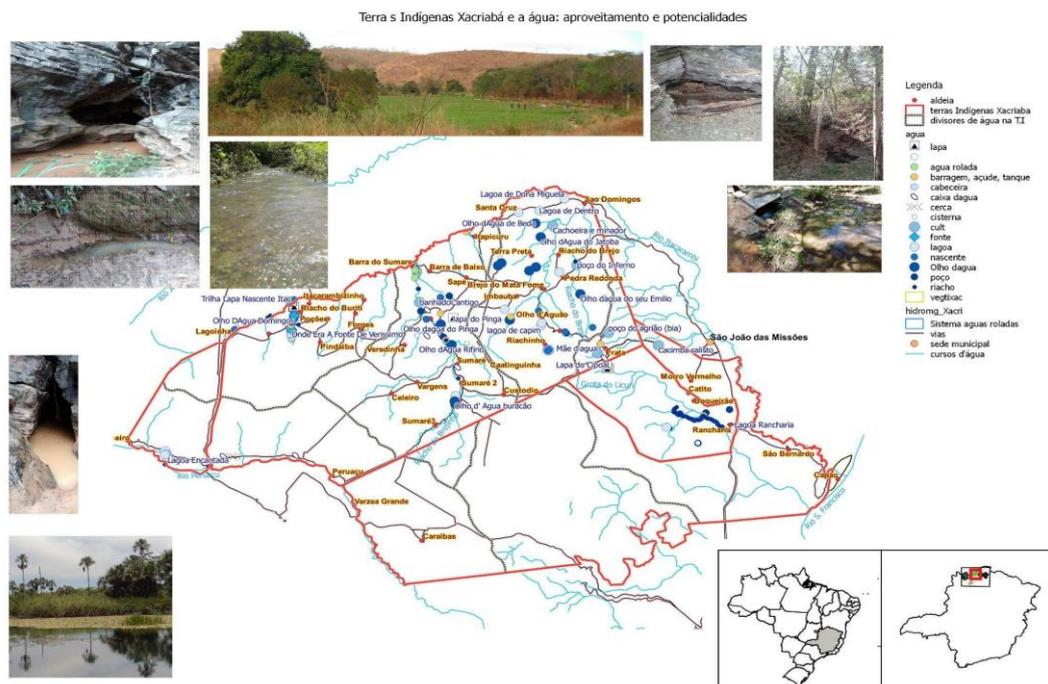


Figura 3 TIs Xakriabá, Xakriabá/Rancharia (homologadas) e Xakriabá (em revisão de limites, identificada e aprovada, suspensa por decisão judicial); principais fontes de água identificadas pelos Xakriabá.

Há um terceiro elemento cronológico a convergir no mapa. Além da memória das tradições (passado) e potenciais de subsistência (presente), deve-se incluir a referência ao futuro. Os mapas são parte do processo reivindicatório; o passado é evocado em nome da recomposição das terras tradicionalmente ocupadas. Este é o cerne de sua dimensão política, na medida em que a temporalidade registrada no aqui-e-agora do mapa desenha uma tendência, de cunho histórico. Os registros especializados do passado servem à sua projeção para o futuro, formando um arco que reconstitui um sistema de significações que processos de ocupação, remoção e deslegitimação buscaram apagar. O processo político, desdobrado em atividades técnicas, econômicas, está centrado sobre o mesmo caráter afetivo-emotivo da relação entre os grupamentos humanos e seu mundo que já sustentava o ciclo genético da imagem; trata-se de desdobramentos dos problemas da vida e da ação, que atravessam as elaborações mentais, técnicas, sociais e políticas.

Nesse plano de futuro, os mapas passam a compor o arcabouço de ferramentas úteis na luta política, sendo operados pelos povos que os construíram. Os Xokó passam a utilizá-lo como material didático, ensinando a História de sua própria luta. Afirmam que já possuíam o mapa do Brasil e o mapa de Sergipe, mas só agora possuem o mapa da Terra dos Xokó. Os Pankararu tratam do licenciamento ambiental das torres eólicas implantadas nas vizinhanças, sobretudo os impactos ambientais relacionados ao empreendimento. Lutam também pela desintrusão dos posseiros que lhes ocupavam a terra. Os Xacriabá solicitaram em 2021 as bases cartográficas para avaliar as entradas das terras indígenas e formar barreiras sanitárias de controle da pandemia de Covid-19.

Os mapas resultantes do projeto cartográfico no PNGATI incorporam a *contraposição* política, que pode ser expressa, no caso dos mapas produzidos por meio das fotografias aéreas, através da *sobreposição*. A ocupação e determinação territorial realizada pelos não índios não se dá de maneira operacionalmente diferente daquela que descrevemos para as populações autóctones; pode ser descrita pela mesma tipologia das defasagens. Também aí encontramos uma rede de pontos-chave e zonas privilegiadas, em que se desenrolam as atividades determinadas pelo regime do capital. Vale chamar atenção para as barragens no rio S. Francisco, que não apenas subordinam a fluidez e o peso das águas, no sentido físico, ao fluxo e massa do capital, como também determinam o redesenho dos espaços privilegiados no mapa, com a presença de lagos, linhões e bancos de areia. Destaca-se também a presença dos lixões que

cercam as terras Xokó, inscritos no mapa como pontos privilegiados de uma espécie de sacralidade invertida, isto é, o ponto do esvaziamento, da recusa ao espaço. O mesmo vale para as plantações de organismos geneticamente modificados nas proximidades da TI (Fig. 2).

À inscrição se associa a determinação do regime de propriedade privada da terra, forma de instalar sentido estranha aos autóctones, mas eficaz para operar sua expulsão como instância do sistema político, econômico e jurídico da ocupação pelo capital, conforme relatos como o do pankararu Cícero Pescador:

Hoje tá mais difícil pra pescar, porque fecharam [as margens], né? Só deixaram os becos. Você não pode se arrancar. Você até pode fazer sua atividade, mas os donos não deixam se arrancar. Eles dizem: ‘você não pode se arrancar aqui porque é minha propriedade’. Ai você corre para o outro, quando chega lá o cabra pergunta: ‘você tá fazendo o que aqui?’, aí eu respondo que quero trabalhar e ele fala ‘não! Pescador tem família demais, você vem hoje, amanhã trás três, quatro, daqui a pouco tá cheio aqui dentro. Eu não quero!’. Fica essa situação, chega a um ponto que você vai ter que fazer um barraco no meio do rio para morar, porque o proprietário não dá acesso [...] Até de cadeado eles fecham as porteiras (Almeida et al. 2015a: 60).

Outras atividades do mesmo plano técnico-econômico inscritas no mapa de acordo com o plano do Capital são o cultivo agrícola de organismos transgênicos, os centros urbanos e as torres eólicas¹⁹. Nas figuras 1 e 2, os mapas expressam o caráter conflitual da determinação do espaço como território. Pontos-chave vinculados à lógica do capital estão marcados com o mesmo sistema de ícones dos pontos-chave dos povos indígenas: uma plantação de organismos transgênicos como triângulo amarelo; uma cidade como casa em cinza e azul; um depósito de lixo como caminhão cor-de-laranja. Assim, a sobreposição de dois regimes de inscrição territorial é a expressão visível de uma contraposição política em que o mapa, como elemento de inscrição que mobiliza uma tecnicidade própria, exerce um papel instrumental abrangente.

¹⁹Esta passagem do livro de Almeida et al (2015a) dedicado à terra Pankararu é esclarecedora: "A instalação de um parque eólico na área imediatamente vizinha ao limite leste da Terra Indígena Entre Serras foi considerada uma ameaça por diversos motivos. Apesar de ser considerada uma fonte de energia 'limpa', essa forma de geração não está livre de causar impactos sociais e ambientais, como o impacto visual de suas torres, o ruído audível e a interferência eletromagnética, além de interferir nos processos migratórios de pássaros (...). Soma-se a isso o fato de a única forma de acesso ao local se dar por uma estrada construída unicamente para esse fim e que passa pelo interior da TI Entre Serras. Essa via permite o acesso de forma descontrolada ao território indígena, facilitando a entrada de pessoas estranhas à área sem a devida anuência dos habitantes, aumentando assim a vulnerabilidade do já fragilizado território. Adicionalmente, as áreas nas imediações dessas instalações têm o acesso restrito e, considerando que o empreendimento está situado em áreas de mata tradicionalmente importantes para os indígenas, a presença dessas torres acaba impedindo os Pankararu de acessar áreas tradicionalmente importantes" (Almeida et al. 2015a: 52).

Desta discussão pode-se extrair a conclusão de que o potencial dos mapas como elemento político se atualiza através de seu próprio modo de constituição, elaboração e uso, ou seja, por sua tecnicidade. Não é um traço acidental, que meramente se soma a um uso determinado dos mapas. A atividade técnica pela qual os mapas são constituídos e postos para expressar significações é de partida uma ação política, pelo fato de ser gesto de inscrição e, portanto, seleção, afirmação, negação. É gesto que traz à tona ou relega às sombras, segundo a carga afetivo-emotiva, o desejo daqueles que estão envolvidos na própria atividade. Os povos que participaram do trabalho da APOINME rapidamente compreenderam o potencial tecnopolítico dos mapas, e o próprio trabalho é acima de tudo um fruto dessa compreensão. A visibilidade obtida no ato da inscrição é um regulador da atividade possível e um chamado à ação atual.

Referências

- ALLOA, E. 2015. “Prégnances du devenir: Simondon et les images”. *Critique*, 816: 356-371.
- ALMEIDA, E. A.; MODERCIN, I. F.; ANDRADE, L. E. A.; NILSSON, M. S. T., DANTAS, M. S. 2015a. *Etnomapeamento Entre Serras Pankararu*. Brasília: Funai/GATI.
- ALMEIDA, E. A.; MODERCIN, I. F.; ANDRADE, L. E. A.; NILSSON, M.S.T., DANTAS, M.S. 2015b. *Etnomapeamento Caiçara/Ilha de São Pedro*. Brasília: Funai/GATI/ANAI.
- ANDRADE, L. E. A.; DANTAS, M. S. S. 2020. “Áreas protegidas e sociobiodiversidade no Semiárido brasileiro”. *Anuário Antropológico*, 45(1): 69-96.
- ATHIAS, R. A. 2002. “Os Encantados, a saúde e os índios Pankararu”. In: SÁVIO DE ALMEIDA, L. & GALINDO, M. (orgs.), *Índios do Nordeste: temas e problemas 3*. Maceió: EDUFAL, pp. 183-198.
- DANTAS, B. G. & DALLARI, D. A. 1980. *Terra dos índios Xocó*. São Paulo: Comissão Pró Índio(SP).
- DANTAS, B. G.; SAMPAIO, J. A. L. & CARVALHO, M. R. 1992. “Povos indígenas do Nordeste Brasileiro: um esboço histórico”. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.), *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras/SMC-SP, pp.431-456.
- KITTLER, F. 2017. “A Cidade é uma mídia: “. In: KITTLER, F., *A Verdade do mundo técnico*. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 235-255.
- KORZYBSKI, A. 1995. *Science and Sanity*. New York: Institute of General Semantics.
- LITTLE, P. 1997. “Superimposed cosmographies on regional Amazonian Frontiers”. *Série Antropologia*, n° 219. Brasília: DAN/UNB.
- MEADER, R. 1976. *Índios do Nordeste: levantamento sobre os remanescentes tribais do Nordeste Brasileiro*. Cuiabá: SIL.

MOREIRA NETO, C. de A. 1971. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Tese Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista.

NIMENDAJU, C. 1981[1944]. *Mapa Etnohistórico dos índios do Brasil e regiões adjacentes*. Rio de Janeiro: IBGE.

PERES, C. 2020. *Imagem-experiência: uma abordagem do processo inventivo em fotografia em diálogo com Gilbert Simondon*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista.

ROSA, R. 2005. “Geotecnologias na Geografia aplicada”. *Revista do Departamento de Geografia*, 16: 81-90.

SILVA, E. 2015. “Os índios no nordeste e as pesquisas históricas: as influências do pensamento de John Monteiro”. *Fronteiras e Debates*, 2(1): 51-64.

SIMONDON, G. 2008. *Imagination et Invention*. Paris: PUF.

SIMONDON, G. 2020[1958]. *Do Modo de Existência dos Objetos Técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto.

VIANA, D. 2019. “A Afeto-emotividade em Simondon e o conceito de desejo”. *Revista Kriterion*, 60(144): 537-561.

<https://doi.org/10.1590/0100-512X2019n14403dv>

VIANA DE OLIVEIRA, D. S. 2018. *O esquema operatório da moeda: corpo, imagem e transindividual*. Tese de Doutorado. FFLCH/Universidade de São Paulo. DOI: 10.11606/T.8.2019.tde-21022019-100801